

# A organização narrativa da imagem e da contra-imagem.

## Da poética das utopias literárias<sup>1</sup>

Wilhelm Vosskamp

Universität zu Köln (Alemanha)

### Resumo

Utopias literárias são um meio de comunicação escrita de uma forma específica de comunicação cultural. Sem refletir sobre seu caráter mediático e sua comunicabilidade mediática, não é possível escrever uma poética e uma história das utopias literárias adequadas. Em um encontro organizado dentro do projeto de pesquisa “A função das utopias literárias”, no *Centro de Pesquisas Interdisciplinares* da Universidade de Bielefeld, perguntaram a Niklas Luhmann o que lhe interessava mais na história das utopias, e ele respondeu: o papel dos livros impressos. Sem a mediação do livro, não teria havido a distribuição das utopias “clássicas” do período do Renascimento (como modelos de utopias), sem a mediação do filme, não haveria o *boom* da ficção científica, e sem a internet, também não haveria nenhuma utopia da aldeia global do *cyber* espaço. As relações entre utopia e o meio escrito (e o pictórico) têm sido investigadas rudimentarmente; é suficientemente significativo o fato de que as próprias mídias foram e ainda são locações da projeção utópica (ou apocalíptica).

### Palavras-Chave

Imagem, contra-imagem, poética das utopias literárias, meio de comunicação.

*Wilhelm Vosskamp* é professor de Literatura Alemã na Universidade de Köln (Alemanha). De 1972 a 1982 dirigiu o Centro de Pesquisa da Universidade de Bielefeld e nele atuou como professor. Desde 1987 tem dirigido o Centro de Pesquisa da Universidade de Köln. Foi convidado como *guest professor* e *fellow* em várias instituições, tanto na Alemanha quanto em outros países. Além disso, tem prestado serviços diversos à comunidade intelectual. Desde 1994 está na Academia de Ciências de Berlin-Brandenburg. Suas publicações apresentam uma perspectiva histórica que concerne ao século XVII, ao classicismo, ao Iluminismo, ao século XIX, indo até os estudos sobre os meios de comunicação hodiernos. Especializou-se nos gêneros da poesia e da *novel*, abrangendo teoria literária e ciência, do classicismo de Weimar à literatura contemporânea. Contribuiu para inúmeras edições recentes das obras de Goethe, edita a revista *Germanistik* e a série de livros *Communicato*.

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado em inglês com o título “The Narrative Staging of Image and Counter-Image: On the Poetics of Literary Utopias” em KAUL, Susanne. *Literature and Science. Author’s Colloquium with Lars Gustafsson*. Bielefeld: Aisthesis, 2007, p. 59-72, e traduzido para o português com a autorização do autor (N. da T.).

[Man ist] an Orten sicherer, wo grössere Unordnung herrscht. Dort kann man seine Hoffnung in eine Ordnung setzen, die es noch nicht gibt<sup>2</sup>.

L. Gustafsson, *Ein Vormittag in Schweden*, München, 1998.

Utopias literárias são o meio de comunicação escrita de uma forma específica de comunicação cultural. Sem refletir sobre seu caráter mediático e sua comunicabilidade mediática, não é possível escrever uma poética e uma história das utopias literárias adequadas. Em uma atividade do projeto de pesquisa “A função das utopias literárias”, no *Centro de Pesquisas Interdisciplinares* da Universidade de Bielefeld, perguntaram a Niklas Luhmann o que mais lhe interessava na história das utopias, e ele respondeu: o papel dos livros impressos. Sem a mediação do livro, não teria havido a distribuição das utopias “clássicas” do período do Renascimento (como modelos de utopias), sem a mediação do filme, não haveria o *boom* da ficção científica, e sem a internet, também não haveria nenhuma utopia da “aldeia global” no *cyber* espaço. As relações entre utopia e o meio escrito (e pictórico) têm sido investigadas rudimentarmente; é suficientemente significativo o fato de que as próprias mídias foram e ainda são locações da projeção utópica (ou apocalíptica).

### I. Utopia e ficção

Supondo que gêneros literários são formas históricas de comunicação moldadas por um conjunto de elementos do discurso institucional, encontramos similaridades que podemos agrupar em famílias (*Familienähnlichkeiten*) e em constantes dominantes específicas quanto à expectativa textual e do leitor. A cristalização e institucionalização das utopias – aqui entendidas no sentido de um gênero da “utopia literária” – encoraja a interação complementar entre diferentes expectativas literárias e extraliterárias historicamente determinadas, por um lado, e por outro, dos processos autorais intrínsecos ao trabalho literário (que também o determinam). Características e estruturas recorrentes, bem como o quanto há de identificação e de reflexo de si mesmo baseados em preconceitos históricos, são fundamentais (cf. Vosskamp, 1977, p. 27-42 e 1977a, p. 655-658). Gustafsson fala de tradições utópicas (do que se entende por “utopia literária”). Neste processo, têm papel decisivo a seleção abstrata (em um estoque contemporâneo de convenções históricas) e o modo como estas tradições (das quais se escolhe alguns elementos) são novamente combinadas em uma ficção, referindo-se ao que está para além da realidade, cumprindo assim sua função. Em cada período histórico há algumas formas artísticas e literárias que não podem ser completamente atribuídas a estruturas sociais e a problemas estruturais, mas que – como assinalou Niklas Luhmann – têm sido reproduzidas e têm influenciado as pré-condições de evoluções futuras. É preciso atentar para este fator catalisador. Em outras palavras: a grande variedade de formas artísticas é sempre maior do que a função social que

<sup>2</sup> “[Estamos] mais seguros nos lugares onde há uma desordem maior. Nestes [lugares] podemos investir nossa esperança numa ordem que ainda não existe.” L. Gustafsson. *Uma manhã na Suécia*. Munique: Carl Hanser, 1998 (citação traduzida por Christian Greis).

se pode relacionar a elas – com as utopias literárias acontece o mesmo. A formação de séries dentro do gênero da “utopia literária” só é possível por causa de sua estabilidade, no sentido do reconhecimento e da flexibilidade simultâneos tornados possíveis pela recorrência, que garante a possibilidade da aceitação e inclusão na mesma proporção que a rejeição e a exclusão. As capacidades organizacionais do gênero literário utópico, que lhe permitem ser distinto de outros gêneros literários, consistem em uma específica mobilização textual de imagens de uma realidade descrita satiricamente e no desenho de imagens conceitualmente contrafactuais e opositivas<sup>3</sup>. Utopias literárias são simultaneamente narrativas e imagéticas. O desenho das imagens opositivas como espaços insulares ou como projeções em um tempo futuro se vincula crítica, implícita ou explicitamente, à situação social da época em que são produzidas. Esta “iniciação do processo de comparação crítica” (Stockinger, 1981, p. 98) é o modo de comunicação específico das utopias literárias. Utopias estão, portanto, mais diretamente conectadas com contextos históricos do que outros textos literários ficcionais<sup>4</sup>.

Investigando a história das utopias literárias na Europa do ponto de vista de seu estatuto ficcional, é possível observar quatro características tipológicas ideais centrais. Estas características envolvem estratégias textuais bem como potencial semântico. Elas concernem a: 1) um impulso de negação (no sentido da diferença crítica das concepções utópicas, em contraste com suas respectivas realidades sociais); 2) uma construção literária de contra-imagens e antecipações (no sentido de antecipar o futuro); 3) uma principal dicotomização do conjuntivo e do indicativo, no sentido de uma categoria de possibilidades (“Se há um sentido para a realidade, deve também haver um sentido para o possível”<sup>5</sup>); e, finalmente, 4) a uma inter-relação entre a história das utopias e sua implícita e explícita (auto) crítica. Obviamente, não poderei discutir todos estes aspectos nesta comunicação, por isso, tecerei apenas alguns comentários acerca das utopias espaciais e temporais e dos problemas de autocrítica no âmbito do gênero utópico.

## II. Utopias espaciais e temporais

O princípio poético central e dominante de todas as utopias literárias – que L. Gustafsson sempre assinalou – é a negação. Sem uma fundamental operação de negação que atua sobre suas respectivas realidades pré-existentes, a imagem opositiva utópica alternativa (algo como um sistema social “outro” imaginado) não pode ser construída por meio de operações lógicas. Primeiramente, uma (particular) capacidade de negação própria das utopias permite sua construção racional, capaz de reagir à realidade. Mas L. Gustafsson ressaltou que a suposição segundo a qual uma nova sociedade seria estabelecida por meio de uma radical descontinuidade, um *raptus* na dinâmica normal da sociedade, permite, de fato, marcar o começo de um novo período, mas não descrever seu progresso (Gustafsson, 1982, p. 290-292). Darko Suvin fala de uma

construção verbal de uma sociedade concreta quase-humana, onde as instituições sociopolíticas, normas e relações pessoais são estruturadas

<sup>3</sup> Sobre isto, ver Stockinger, 1981, p. 5 e seg. e, em Kuon, 1986 ver principalmente a “Introdução”.

<sup>4</sup> Utopias literárias já eram entendidas como uma forma ficcional independente na primeira metade do século XVIII, cf. podemos ler no verbete “paraíso dos loucos” (*Schlaraffenland*) de Johann Heinrich Zedlers em seu *Universal-Lexicon*, vol. 34, 1742, p. 83.

<sup>5</sup> Cf. Musil, 1987, p. 16-18. Ver também Seel, 2001, p. 747. Sobre as tipologias em geral, ver Vosskamp, 1990, p. 273-283.

segundo um princípio mais perfeito do que o que rege a sociedade do autor; esta construção se baseia na alienação, que resulta de uma hipótese histórica alternativa (1979, p. 76).

Gustafsson acrescenta uma importante observação: antes que a nova construção utópica seja possível é preciso que haja um vácuo/um vazio: é preciso que o utopista (autor da utopia) preencha o vazio criado anteriormente por ele mesmo por meio da negação. A visão de uma utopia consiste em, primeiramente, abrir uma brecha na imaginação para depois fechá-la. (Este problema do vazio, do nulo, tem um papel importante nos escritos de Gustafsson. Ele cita frequentemente Frederico de Tours: *videtur mihi nihil aliquid esse*<sup>6</sup>).

O princípio da negação da realidade histórica e a construção verbal opositiva assim criada podem ser claramente vistos na instância das utopias espaciais do Renascimento. A *Utopia* de Thomas Morus (1516)<sup>7</sup> trabalha de modo exemplar com um potencial negativista, que pode ser descrito segundo seus aspectos tanto formais quanto temáticos. O título da obra de Morus já anuncia este potencial: “U-topia” (não-lugar). Isto significa não apenas a violação de expectativas topográficas e a interpretação potencial que está em tomar o “não-lugar” por um “lugar de felicidade” (eutopia) também, mas implica, além disso, uma referência ao lugar histórico real. As 54 cidades-estado utopianas poderiam lembrar ao leitor do século XVI os 52 ducados, juntamente com Wales e Londres da Inglaterra daquele tempo (cf. Erzgräber, 1980, p. 35). Essa discrepância em comparação com a realidade social é uma pré-condição para a concepção de construções ordenadas e racionais. Ao lado de uma seleção restrita e de uma capacidade de abstração estrategicamente aplicada à realidade histórica, o desenho de um estado utópico foi desenvolvido segundo regras geométricas. O “quase quadrado” plano da cidade de Amaurotum na Ilha de Utopia não é menos característico disso do que a circular *Cidade do Sol* (*Civitas solis*) de Campanella, formada por sete anéis concêntricos<sup>8</sup>.

A geometria racional do espaço corresponde à organização judiciosa da existência humana coletiva, que só é possível mediante uma estrita regulamentação das paixões por parte de todos os que dela tomam parte. O estado racional utópico procede de uma simetria, da harmonia entre os interesses individuais e coletivos (sociais); apenas deste modo o viver associado livre de conflitos torna-se possível. A organização racional de uma sociedade que existe sob o impulso de ordenar orienta a si mesma em oposição à regulamentação tradicional e às estruturas sociais características dos inícios do período moderno em geral.

A “velha” estrutura social hierárquica de classes não combinava mais com as novas relações sociais de poder; faltavam, em geral, “novos” pontos de orientação políticos regulamentados, a fragmentação política correspondia a incertas relações legais (Dülmen, 1968, p. 9).

A utopia de Thomas Morus respondeu a esta constelação de problemas posto que a desordem era vista como a maior ameaça. O tempo permanece imóvel em utopias perfeitas e geometrizadas, onde a narração é substituída

<sup>6</sup> O nada me parece ser alguma coisa (Trad. Matías S. F. Robbio).

<sup>7</sup> Edição alemã em Heinisch, 1960.

<sup>8</sup> Ver Vosskamp, 1990.

pela descrição, reportagem e diálogo. A história narrativa utópica procurou banir a História por meio de imagens. O disciplinamento das paixões humanas tornou sua imperfeição aparente; uma redução ao ser humano definido em seu gênero apontou, em contraste, para o único, individual. O método da generalização pela negação permitiu uma construção abstraída da realidade, assim como a censura potencialmente rica do que foi negado (cf. Vosskamp, 1983, p. 32-5).

Dessa forma um elemento central e geral das utopias tornou-se visível: a oposição entre ordem e contingência. Subjetividade humana, paixões, amor, infelicidade, “história” são inestimáveis, momentos incalculáveis que devem ser subjulgados por causa da compulsão de ordenar. O leitor de utopias deve ser convencido, por meio de técnicas retóricas e representações imagéticas (por exemplo, mapas, projetos e planos arquiteturais), de que a contingência pode ser removida e que o acidental e as vicissitudes devem ser banidos em prol de uma “felicidade” durável.

A utopia de Thomas Morus ofereceu uma construção de significado material em oposição à sociedade hierárquica, ricamente complexa e ultrapassada dos inícios do período moderno. O meio tradicional de construção de sentido, a religião, é – apesar do jogo de citações de motivos individuais cristãos e instituições (como a vida no claustro) – substituído por uma forma de *literatura* cuja característica primária constitui uma complexa mistura de elementos discursivos variados: literários, expositivos e também principalmente científicos (jurisprudência, teoria política e econômica). Morus sintetizou estes elementos em seu próprio texto, especificamente pessoal, como uma ordem possível, racional, uma réplica à história (cf. Vosskamp, 1982a, p. 183-196). Tais pensamentos ordenadores dominaram utopias futuras, como demonstram a *Civitas Solis* de Campanella, a *Nova Atlantis* de Francis Bacon ou *Christianopolis*, de Johann Valentin Andreae (cf. 1999). O ordenamento excessivo destas utopias pode ser entendido como uma resposta à conjuntura da era moderna percebida como desordenada.

Isso também é verdade para um tipo de utopia espacial que evita a concretização institucional da existência social comum, mantendo um espaço para a fantasia estética no reino natural, por meio da mediação do amor e do verso: a poesia arcádica. Significativamente, em paralelo à *Utopia* de Thomas More, um protótipo da poesia arcádica de inícios da era moderna originado durante o Renascimento, que tomou como ponto de partida a *Arcadia* de Jacopo Sannazaro. O sucesso desta obra em sua época – ao todo foram editados 117 exemplares – permite que se torne visível a expectativa de um modelo complementando o protótipo sócio-utópico de Thomas Morus (cf. Grimm, 1982, p. 82-100). Até mesmo na tradição bucólica antiga, a “política” permaneceu presente, “refletida em seu oposto, na natureza” (Garber, 1982, p. 37-81)<sup>9</sup>.

Esta negação crítico-constructiva e o estabelecimento da ordem serão substituídos por um outro princípio dominante, o da antecipação, permitindo assim a aparição do gênero literário da *utopia temporal*, devido, em primeira instância, a alterações na concepção do sujeito que emergem em finais do século XVII e início do XVIII. Num momento histórico em

<sup>9</sup> Ver também Garber, 2000, p. 73-116.

que a pressuposta correspondência entre demandas subjetivas e necessidade social, existente nas utopias sociais dos séculos XVI e XVII e ainda nas honráveis repúblicas do século XVIII (ver *Insel Felsenburg*, de Johann Gottfried Schnabel, ed. de 1979), foi reconhecida como uma ilusão que se devia a uma nova concepção de sujeito, a resposta à questão da felicidade também teve que mudar. Ao invés de uma assumida simetria entre sujeito e sociedade, a partir disso e desde então, a tensão e a polaridade entre sujeito e sociedade tornou-se uma questão central (cf. Jean-Jaques Rousseau). A ordenação estatal da felicidade de sujeitos disciplinados havia perdido seus atrativos. Aquela concepção da felicidade anteriormente desenvolvida segundo a qual “o homem emancipa-se a si mesmo, por sua própria força, das variações da felicidade, e pode ele próprio criar os requisitos para esta felicidade [...] Então, quando a variação ou mudança começam a poder ser vistas como progressos duráveis ou como um processo de aperfeiçoamento em direção a um objetivo positivo” (cf. Winter, 1983, p. 62 e seg.), utopias reivindicando uma felicidade estática devem ter sido julgadas enfadonhas. Formulando terminologicamente: o ideal de perfeição (*perfectio*) foi substituído pelo de melhoramento (*perfectibilité*). O ótimo consiste agora na otimização: a perfeição foi absorvida no processo de aperfeiçoamento (cf. Vosskamp, 1984, p. 89 e seg.).

A mudança da experiência aludida aqui foi chamada de “*Verzeichtlichung*/cronologização da experiência por Reinhart Koselleck (1982, p. 1-14). Trata-se de uma pré-condição para a mudança de paradigma do ideal da perfeição para o do melhoramento. Na transição de uma sociedade corporativa para outra, orientada funcionalmente, a cronologização se deixa determinar pela tensa relação entre experiência e expectativa. Expectativas modernas não poderiam mais derivar da experiência histórica, elas deveriam, em grande parte, extrapolar os ditames do futuro.

Koselleck, em conseqüência, falou de uma “compulsão utópica”, posto que impulsos temporais entraram na experiência histórica, alterando assim fundamentalmente o termo “história”. Além disso, deu-se não apenas uma aceleração contínua da história, mas também uma aceleração de novas expectativas utópicas. Esta despertada necessidade de futuro dificilmente pode ser satisfeita; a (contra-factual) antecipação da futuridade ademais incita o desejo (ao menos em longo termo e aproximativamente) de sua realização<sup>10</sup>.

O caráter das utopias como uma réplica à história foi, deste modo, fundamentalmente alterado. Se as utopias ordenadas do Renascimento tentaram banir a história por meio do estrito disciplinamento individual, as utopias temporais oferecem concepções segundo as quais o sujeito individual pode desenvolver e aperfeiçoar a si mesmo com uma visada para o futuro, sendo fornecidos objetivos que podem ser progressivamente atingidos. O imperativo utópico da contínua necessidade de melhoramento, contudo, ainda manifesta aqui o gesto disciplinador das utopias tradicionais ordenadoras.

Na história das utopias literárias dos inícios da era moderna, uma transição do tipo da utopia espacial perfeita (no sentido de *perfectio*),

<sup>10</sup> Podemos apenas aludir à concepção de um possível progresso e à crença em uma possível realização futura, conectada com a secularização da escatologia judaica e cristã. Em seu traçado da história das utopias, Ernst Bloch tratou deste problema e opôs a utopia ordenadora à utopia temporal, de feição transgressora, escatológica e revolucionária (cf. 1959, parte IV, e Vosskamp, 1986, p. 316-29).

freqüentemente ordenada insularmente, à utopia cronológica do melhoramento (no sentido de *perfectibilité*), localizada no futuro, pode ser paradigmaticamente lida em *L'An 2440* (1770), de Sébastien Mercier.

Este exemplo torna os problemas e possibilidades de uma utopia literária temporal, de caráter antecipatório, particularmente evidentes. O narrador fictício, que cai num sono profundo em 1770 e sonha consigo mesmo no ano 2440, na verdade permanece em Paris, mas em uma Paris completamente mudada: o governo é perfeito, o tecido social se mantém intacto, o comércio doméstico foi aperfeiçoado, a capacidade de trabalho aumentada, a metrópole não tem maus odores, nem desordem, barulho ou clamor. A humanidade finalmente tornou-se virtuosa e, além disso, determinada por um moralismo (privado), tornado público para que a tensão entre um modernismo característico interno e externo possa ser removida. Desta forma, um estado tido como ideal é projetado no futuro, sem que se visualize o processo de desenvolvimento que levou a esta nova situação. A locação onde se dá a projeção também permanece a mesma, estabelecendo-se uma conexão com a tradição das primeiras utopias espaciais<sup>11</sup>.

Se considerarmos o conceito de progresso sobre o qual Mercier se baseia, por saltar de 1770 a 2440 em sua utopia, veremos que ele só pode ser fracamente construído. Todavia, vários pontos característicos no texto demonstram que Mercier tem bastante firme em seu espírito o caráter processual e dinâmico do progresso da história e o problema da antecipação:

Falta-nos aperfeiçoar muitas coisas. Saímos da barbárie, onde estávamos mergulhados; no início algumas cabeças foram esclarecidas, mas a nação em sua maioria permanecia inconseqüente e pueril. Pouco a pouco os espíritos foram se formando. Resta-nos fazer mais do que fizemos, mal estamos no meio da escada. Paciência e resignação fazem tudo, mas tenho medo que o melhor absoluto não seja deste mundo. Todavia, é buscando-o, penso, que tornaremos as coisas ao menos suportáveis (1971, p. 232).

O fato de que o dirigente do progresso esteja apenas a meio caminho de atingir o cúmulo de seu poder refere-se, por um lado, ao incompleto progresso da história e enfatiza, por outro lado, a essencial busca individual pelo melhoramento.

Utopias temporais têm que desempenhar uma dupla transformação: a transição da velha para a nova sociedade e a contínua alteração da nova sociedade. Com seu salto para o futuro, Mercier torna evidente a transformação da velha sociedade em nova, enquanto a permanente necessidade da nova sociedade por mudanças apenas contingentemente se faz visível. Resta perguntar – e isto está entre as fundamentais antinomias das utopias temporais – se uma utopia temporal que continuamente “ultrapassa a si mesma” pode ser visualizada em sua forma narrativa. Ou isso é apenas possível em uma “história sem fim”? Aqui também se torna claro que cada estipulação essencial de objetivos utópicos aparentemente implica num imobilismo ao menos contingente, enquanto que a completa explicitação do objetivo deve necessariamente culminar em uma filosofia de idéias reguladoras (Vosskamp, 1984, p. 95).

<sup>11</sup> Ver também Fohrmann, 1983, p. 105-124.

### III. Utopia e a crítica das utopias

A utopia temporal de Mercier atrai nossa atenção para um fenômeno central da poética das utopias literárias: além de uma principal crítica radical das utopias (*Utopieverdacht*), uma principal suspeita contra as utopias (cf. Joachim Fest) no horizonte do final do chamado “socialismo real” no início dos anos 90, e uma continuidade da oposição estética contra tendências totalitárias nas próprias utopias, existe uma inter-relação entre as utopias e sua crítica que é de fato constitutiva na história das utopias e determina sua tradição europeia desde o início dos tempos modernos até agora.

O ponto de partida de Mercier é a dialética da *perfectibilité* e da *corruptibilité* reminiscentes de Rousseau, na qual tanto o progresso quanto o retrocesso são abordados – significativamente, em uma nota de rodapé a respeito do abuso da tecnologia de armamentos, em rápido desenvolvimento. O esquema do progresso é, portanto, reversível (Vosskamp, 1984, p. 95). Regressão é o avesso de uma utopia iluminista do progresso, o sonho da futuridade torna-se um pesadelo. Isso já se encontra indicado no século XVIII pela recepção alemã do livro de Mercier. Em *Das Jahr 2240. Zum zweiten Mal geträumt. Ein Traum deren es wohl träumerisch gegeben hat* (Leipzig, 1783), de Karl Heinrich Wachsmuths, está expressa uma visão crítica radical e profundamente pessimista do progresso, na qual perspectivas para o progresso são expostas como enganos ópticos e ilusões futurísticas facilmente perceptíveis<sup>12</sup>.

Tais inversões satíricas no sentido de uma utopia crítica radical podem ser observadas como presença contínua desde *Gargantua e Pantagruel*, de Rabelais (publicado pela primeira vez em 1534) e *Gulliver's Travels*, de Swift (1726). A visão otimista do “homem econômico” de Daniel Defoe, que é feliz em uma ilha (1719), logo seria parodiada por Swift, sete anos depois, e em 1770, em seu *Robinson Crusoe*, Johann Carl Wezel produziu uma das mais agudas rejeições do modelo da utopia robinsoniana que se torna corrompido em um estado de loucos, concluindo com uma perspectiva apocalíptica e completa destruição: *sic transit gloria mundi*, lê-se na conclusão do romance<sup>13</sup>.

A crítica da utopia realmente fundamental para a história e autogeração das utopias literárias se instala no momento histórico em que a dicotomia entre sujeito e sistema (o particular e o geral) é revelada por Jean Jacques Rousseau, quando uma crítica aplicada generalizada e radical do próprio desenho utópico sistêmico – para além de qualquer sátira utópica tradicional – é realizada. Isto pode ser brevemente elucidado com o *Wilhelm Meisters Wanderjahre* (1821/29), de Goethe.

Em segundo lugar, devemos lembrar a discussão utópica em *Wilhelm Meisters Wanderjahre* (1821/29). Goethe já tinha demonstrado em *Wilhelm Meisters Lehrjahre* (1795) que a utopia subjetiva educacional de Wilhelm não poderia concordar com a forte utopia social da sociedade. A catástrofe de Mignon e Harfner representa marginalização e morte no sentido de uma subjetividade radical. Em *Wanderjahre[n]*, Goethe agudiza esta crítica utópica. Ele projeta quatro modelos utópicos (o distrito do tio, a província

<sup>12</sup> Cf. Jaumann, 1982, p. 316-332, e também Jaumann, 1990, p. 217-241.

<sup>13</sup> Ver conclusão do romance e também Braungart, 1991, p. 74-76.



pedagógica, a utopia americana e a concepção do vagabundo doméstico europeu) que lembram as tradições e os predecessores das utopias sociais (espaciais). Todos os quatro modelos de utopias conduzem o impulso da auto-realização individual para segundo plano, em favor de uma discussão e crítica de conceitos utópicos sociais (cf. Vosskamp, 1982b, p. 236 e seg.).

A utopia educacional da província pedagógica repõe o postulado individualista da completa aculturação do sujeito individual tal como o *Lehrjahre* já havia formulado. Em lugar de um aperfeiçoamento contínuo em direção ao *homo universale*, durante o qual erros e acidentes têm um papel determinante no processo de aprendizado, a província pedagógica desenvolveu um sistema estritamente racional de organização pedagógica, caracterizado pelo ceticismo em relação ao poder da imaginação poética.

Na utopia do vagabundo, o indivíduo solitário retirou-se ainda mais em relação às instituições do que havia sido o caso na província pedagógica.

Finalmente, sob a direção de Odoardos (governador de um ducado territorial alemão dotado de “poderes legais ilimitados”), o plano de povoamento europeu lembra as tendências hostis ao sujeito características das utopias sociais “clássicas” do Renascimento. Uma completa institucionalização é estabelecida com a polícia; intelecto e violência criam uma utopia da razão instrumental, cujos mecanismos de exclusão (a palavra “liquidar” aparece repetidamente) confirmam o caráter negativo desta concepção (Vosskamp, 1982b, p. 240).

Em *Wanderjahre[n]* Goethe manteve grande distância em relação a seu modelo autocrático. Seu uso de referências irônicas transforma a utopia em crítica da utopia.

Mas a mais aguda articulação da utopia literária crítica no século XVIII deve ser encontrada nos textos de Donatien-Alphonse-François Marquês de Sade. Em *Les cent-vingt Journées de Sodome ou l'École du Libertinage* (1785) a utopia da libertinagem é representada como um sistema de ordenamentos e aprisionamentos, conforme Piranesi pintou em sua horrível visão, bem como em outros textos e imagens até o século XX. A utopia libertina de Sade é a encarnação daquele terror de ordenar expressado na crítica radical da utopia. Michel Foucault viu o pan-óptico benthaniano como uma “utopia do perfeito aprisionamento”. Esta estrutura pan-óptica é para Foucault o princípio da fundação do disciplinamento por meio de sistemas sociais. Tais estruturas pan-ópticas foram descritas por Sade. Michael Winter sugere que elas transformaram “a estrutura arquitetônica em estrutura mental”: “a ordem das coisas é acabada de dentro para fora, sem nenhuma conexão com a realidade. A bela simetria das coisas torna-se, neste processo, uma simetria do mal” (Winter, 1982, p. 102).

Em Sade, o pensamento utópico é desmascarado em sua funcionalidade. O impulso em direção à sistematização é uma precondição para o regramento do mundo (cf. Horkheimer e Adorno, 1947). Sade também deixa isso claro no princípio segundo o qual o pensamento utópico, em relação a seus métodos, desde o início, não se dirige à humanidade, mas baseia-se, antes, em uma dialética cujas origens Marx, Horkheimer

e Theodor W. Adorno convincentemente encontraram no Iluminismo. A instrumentalização do raciocínio utópico em Sade é uma provocação dirigida ao leitor, dificilmente ultrapassável. O ideal da ordem torna-se um terrorismo da ordem quando os sistemas utópicos negam a identidade e a integridade individuais.

Nesse sentido, em Sade alcança-se o ponto em que utopia e crítica da utopia coincidem: uma posição de onde as “utopias negativas” do século XX (Zamjatin, Orwell, Huxley) de fato representam um desafio para elas mesmas (Vosskamp, 1996, p. 1931-1951). A descoberta de Rousseau segundo a qual os interesses do sujeito e da sociedade não podem harmonizar-se se o sujeito em sua singularidade for levado a sério, leva, em Sade, à descoberta de uma fundamental dialética utópica. Dado o sistema-terrorismo das utopias e a instrumentalização de seu raciocínio utópico, é possível que a singularidade do sujeito seja, por fim, preservada?

Esta questão determina a poética das utopias literárias até o presente. A crítica da utopia leva a visões do excesso dos modelos utópicos herdados (cf. Bohrer e Scheel, 2001); é um requisito para a possibilidade de um sistema literário aberto com menos “densidade utópica” (Lars Gustafsson) e a precondição para uma auto-utopização, no sentido do potencial específico das utopias para a regeneração e alteração do ser.

A história das utopias literárias está ligada à sua própria crítica, que a determina. Esta é também sua função real, como espelho dos processos históricos e sociais. Ou, formulado de outro modo: a *autopoiesis* da utopia é constituída por uma dialética incompleta da utopia e da crítica da utopia, que se instauram mediante uma permanente auto-reflexão.

Traduzido por Ana Cláudia Romano Ribeiro

## Referências

- ANDREAE, J.V. *Christianopolis*. Introdução e trad. Edward H. Thompson. Dordrecht: Kluwer, 1999.
- BLOCH, Ernst. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1959.
- BOHRER, Karl H. e SCHEEL, Kurt (eds.). *Zukunft denken*. Nach den Utopien. Merkur, 55, 2001.
- BRAUNGART, Wolfgang. "Apokalypse und Utopie". In: KAISER, Gerhard R. (ed.). *Poesie der Apokalypse*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1991.
- DÜLMEN, Richard von. "Die Formierung der europäischen Gesellschaft in der Frühen Neuzeit". In: *Geschichte und Gesellschaft*, 7, 1968, p. 9.
- ERZGRÄBER, Willi. *Utopie und Anti-Utopie in der englischen Literatur: Morus, Mores, Wells, Huxley, Orwell*. München: Fink, 1980, p. 35.
- FOHRMANN, Jürgen. "Utopie und Untergang. L.S. Merciers *L'An 2440* (1770)". In: BERGHAIN, Klaus L. e SEEBER, Hans U. *Literarische Utopien von Morus bis zur Gegenwart*. Königsstein/Taunus: Athenäum, 1983.

- GARBER, Klaus. "Arkadien und Gesellschaft". In: VOSSKAMP, Wilhelm (ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*, vol. 2. Stuttgart: Metzler, 1982.
- GARBER, Klaus. "The Utopia and the Green World: Critic and Anticipation in Pastoral Poetry". In: REINHART, Max (ed.). *Imperiled Heritage: Tradition, History and Utopia in Early Modern German Literature*. Burlington: Ashgate, 2000.
- GRIMM, Reinhold R. "Arcadia und Utopie. Interferenzen im neuzeitlichen Hirtenroman". In: VOSSKAMP, Wilhelm (ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*, vol. 2. Stuttgart: Metzler, 1982.
- GUSTAFSSON, Lars. "Negation als Spiegel. Utopie aus epistemologischer Sicht". In: VOSSKAMP, Wilhelm (ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*, vol. I. Stuttgart: Metzler, 1982.
- HEINISCH, J. (ed.). *Der utopische Staat*. Reinbek: Rowohlt, 1960.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. *Dialektik der Aufklärung*. Ed. orig. Amsterdam, 1947.
- JAUMANN, Herbert. Epílogo a MERCIER, Louis-Sébastien. *Das Jahr zwey tausend vier hundert und vierzig. Ein Traum aller Träume*. Trad. Christian F. Weisse, London, 1772. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1982.
- JAUMANN, Herbert. "Die deutsche Rezeption von Merciers *L'An 2440*. Ein Kapitel über Fortschrittsskepsis als Utopiekritik in der späten Aufklärung". In: ZIMMERMANN, Harro (ed.). *Der deutsche Roman der Spätaufklärung. Fiktion und Wirklichkeit*. Heidelberg: Winter, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. "Die Verzeitlichung der Utopie". In: VOSSKAMP, Wilhelm (ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*, vol. 3. Stuttgart: Metzler, 1982.
- KUON, Peter. *Utopischer Entwurf und fiktionale Vermittlung. Studien zum Gattungswandel der literarischen Utopie zwischen Humanismus und Frühaufklärung*. Heidelberg: Winter, 1986.
- MERCIER, Louis-Sébastien. *L'An deux mille quatre cents quarante. Rêve s'il en fût jamais*. Bordeaux: Ducros, 1971.
- MUSIL, Robert. *Der Mann ohne Eigenschaften*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1987.
- SCHNABEL, Johann Gottfried. *Insel Felsenburg*. Ed. Volker Meid e Ingeborg Springer-Strand. Stuttgart: Reclam, 1979.
- SEEL, Martin. "Drei Regeln für Utopisten". In: *Zukunft denken*. Nach den Utopien. Merkur, 55, 2001.
- STOCKINGER, Ludwig. *Ficta Respublica. Gattungsgeschichtliche Untersuchungen zur utopischen Erzählung in der deutschen Literatur des frühen 18. Jahrhunderts*. Tübingen: Niemeyer, 1981.
- SUVIN, Darko. *Poetik der Science Fiction. Zur Theorie und Geschichte einer literarischen Gattung*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1979.

- VOSSKAMP, Wilhelm. "Gattungen als literarisch-soziale Institutionen". In: HINCK, Walter (ed.). *Textsortenlehre. Gattungsgeschichte*. Heidelberg: Walter Hinck, 1977.
- VOSSKAMP, Wilhelm. "Gattungsgeschichte". In: *Reallexikon der deutschen Literaturwissenschaft*. Berlin u.a., 1977a, vol. 1.
- VOSSKAMP, Wilhelm (ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*. 3 vol. Stuttgart: Metzler, 1982.
- VOSSKAMP, Wilhelm. "Thomas Morus' Utopia: Zur Konstituierung eines gattungsgeschichtlichen Prototyps". In: VOSSKAMP, Wilhelm (ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*, vol. 2. Stuttgart: Metzler, 1982a.
- VOSSKAMP, Wilhelm. "Utopie und Utopiekritik in Goethes Wilhelm Meisters Lehrjahre und Wilhelm Meisters Wanderjahre". In: VOSSKAMP, Wilhelm (ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*, vol. 3. Stuttgart: Metzler, 1982b.
- VOSSKAMP, Wilhelm. "Literaturgeschichte als Funktionsgeschichte der Literatur (am Beispiel der frühneuzeitlichen Utopie)". In: KRAMER, Thomas (ed.). *Literatur und Sprache im historischen Prozess*. Tübingen: Niemeyer, 1983, vol. 1.
- VOSSKAMP, Wilhelm. "Fortschreitende Vollkommenheit. Der Übergang von der Raum zur Zeitutopie im 18. Jahrhundert". In: WIEHN, Erhard R. (ed.). *1984 und danach. Utopie, Realität, Perspektiven*. Konstanz: Universitätsverlag, 1984.
- VOSSKAMP, Wilhelm. "Grundrisse einer besseren Welt. Messianismus und Geschichte der Utopie bei Ernst Bloch". In: MOSES, Stéphane; SCHÖNE, Albrecht. *Juden in der deutschen Literatur*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1986.
- VOSSKAMP, Wilhelm. "Utopie als Antwort auf Geschichte. Zur Typologie literarischer Utopien in der Neuzeit". In: EGGERT, Hartmut; PROFITLICH, Ulrich; SCHERPE, Klaus R. *Geschichte als Literatur. Formen und Grenzen der Repräsentation von Vergangenheit*. Stuttgart: Metzler, 1990.
- VOSSKAMP, Wilhelm. "Utopie". In: RICKLEFS, Ulfert (ed.). *Fischer Lexikon Literatur*. Frankfurt/Main: Fischer, 1996.
- WINTER, Michael. "Don Quichote und Frankenstein. Utopie als Utopiekritik: Zur Genese der negativen Utopie". In: VOSSKAMP, Wilhelm (ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*, vol. 3. Stuttgart: Metzler, 1982.
- WINTER, Michael. "Lebensläuf aus der Retorte. Glück und Utopie". In: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 50, 1983.
- ZEDLERS, Johann Heinrich. "Schlaraffenland" ("Paraíso dos loucos"). In: *Grosses vollständiges Universal-Lexicon aller Wissenschaften und Künste...*, Halle und Leipzig: J.H. Zedler, vol. 34. 1742.